

Risco para a saúde, Desafio para as autoridades

■ CFF e Ministério da Justiça irão desenvolver ações conjuntas para combater o problema.

Os medicamentos, no Brasil, passaram a ser o alvo da máfia da pirataria. Para se ter uma idéia da gravidade do problema, dados da ONU (Organização das Nações Unidas), através de sua Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (IIFE), indicam que entre 25% a 50% dos medicamentos consumidos, em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, são falsificados. A questão é assustadora e desafia as autoridades. O Ministério da Justiça (MJ) irá deflagrar uma ação nacional de combate à pirataria em parceria com o Conselho Federal de Farmácia (CFF).

O convite para a parceria MJ-CFF partiu do Secretário-Executivo do MJ e Presidente do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP), Luiz Paulo Barreto, ao Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos. "Aceitamos, de pronto, o convite, porque o CFF tem muito a oferecer ao Ministério nesta luta e, também, porque nos sentimos na obrigação de nos mobilizarmos contra um problema que põe em risco toda a sociedade brasileira", explica Souza Santos.

Ele alerta que a pirataria de medicamentos esconde vários problemas. Por um lado – o que quase sempre acontece –, o produto pode estar falsificado. Por outro, pode ter a sua validade vencida, ou ser fruto de roubo. "Todos eles colocam em risco a saúde", salienta o Presidente do CFF.

Souza Santos denuncia, ainda, que muitos dos medicamentos piratas estão sendo comercializados, em feiras livres, ou por ambulantes. "É um perigo. As pessoas incautas acabam sendo atraídas para a compra pelos baixos preços dos medicamentos, mal sabendo elas que estão caindo numa cilada que pode levar à morte", adverte.

O lugar de medicamentos é rigorosamente a farmácia onde o farmacêutico esteja presente para

prestar os seus serviços ao usuário do produto, enfatiza o Presidente do CFF em seus discursos e entrevistas. Aproveita para acrescentar que "o medicamento sem os serviços farmacêuticos é uma mercadoria. O que lhe confere a qualidade de produto de saúde são os serviços profissionais do farmacêutico. Ele é quem vai falar sobre as interações entre medicamento e medicamento, medicamento e álcool e cigarro, além das reações adversas etc. O farmacêutico é um aliado da sociedade contra a pirataria".

No primeiro dia da 53ª Reunião Geral dos Conselhos Federal e Regionais de Farmácia, realizada, em Brasília, nos dias 21 e 22 de março, Souza Santos conclamou os diretores de CRFs a adotarem políticas educativas junto às populações dos Estados e Municípios com vistas a combater a pirataria de medicamentos. "Muitos usuários de medicamentos não sabem da gravidade do perigo, nem conseguem distinguir um medicamento falsificado de um ético. Temos que assumir os nossos postos e uma posição dianteira no combate ao problema", pediu.

FARMÁCIAS CONTRA A PIRATARIA - A abertura da Reunião Geral foi feita pelo Secretário Executivo do Ministério da Justiça e Presidente do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, Luiz Paulo Barreto (NR.: ver matéria "REUNIÃO GERAL"). Dirigindo-se a Barreto, Souza Santos assegurou-lhe o seguinte: "Se as lojas de eletro-eletrônicos, de tênis e de roupas não fazem campanhas, nem alertam os seus clientes sobre a pirataria de produtos desses gêneros, não será o caso das farmácias. As farmácias irão, sim, participar desse esforço contra a pirataria de medicamentos, engajando-se nessa parceria com o Ministério da Justiça e informando a população sobre os



perigos contidos em se tomar um medicamento falsificado".

Dr. Jaldo disse ao Secretário Executivo do MJ que as farmácias serão Estratégicas nas ações contra a pirataria, porque o farmacêutico poderá usar de sua natural vocação de educador para alertar a sociedade para o problema, além de ensinar como agir em caso de desconfiância de que o medicamento que usa é falsificado. Some-se a isso a enorme capilaridade das farmácias, no País.

COMBATE - O Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP), vinculado ao Ministério da Justiça, tem fechado o cerco à pirataria em geral, intensificando ações de repressão, além de campanhas educativas à população sobre os riscos à saúde humana e os impactos negativos na economia brasileira.

No caso dos medicamentos, as ações serão diferenciadas e contarão com a participação do CFF. Em sua palestra na abertura da 53ª Reunião Geral dos Conselhos de Farmácia, no dia 21 de março de 2007, em Brasília, Luiz Paulo Barreto anunciou que o Ministério da Justiça vai agir em várias frentes. São elas a repressão, através da Polícia Federal; a educação do população junto ao CFF, entre outras. "O brasileiro não pode cair nesse verdadeiro canto da sereia, que são os preços atrativos dos medicamentos pirateados", alertou o Secretário Executivo do Ministério da Justiça.

Luiz Paulo Barreto citou que os piratas estão distribuindo Viagra,



Secretário Executivo do Ministério da Justiça e Presidente do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, Luiz Paulo Barreto, e o Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos: parceria para combater o problema.

como também medicamentos de uso contínuo, citotec e até vacinas por cerca de 90% mais barato. “Mas é um barato que acaba caro, pois pode gerar graves problemas de saúde à população”, disse. Esses produtos, além de serem distribuídos às feiras e aos camelôs podem estar chegando também a farmácias e drogarias.

BRASIL AINDA NÃO PIRATEIA – Barreto revelou não ter informações de que o processo de falsificação de medicamentos esteja ocorrendo dentro do Brasil. Os produtos estão vindo de outros países e, em geral, entram pela fronteira Sul. “Se o Brasil passar a falsificar medicamentos, aí, o problema poderá ficar fora de controle”, previu.

De acordo com Luiz Paulo Barreto, a população precisa se conscientizar de que o custo social é alto, quando se adquire um produto pirata. “Com o aumento da escala e da lucratividade dessa atividade criminosa, os sacoleiros vêm sendo substituídos por redes do crime transnacional organizado, verdadeiras máfias, especialmente chinesas, coreanas e árabes”, denuncia.

Com o dinheiro levantado, rapidamente, essas máfias estão financiando atividades de maior potencial ofensivo, como o narcotráfico e o contrabando de munições. No ano passado, em cerca de 60% das apreensões de produtos piratas havia também drogas, armas e munições.

Neste ano, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) confirmou a falsificação de três medicamentos, a partir de denúncias de consumidores. Com o objetivo de evitar a fraude, a Agência está desenvolvendo um projeto em parceria com a Casa da Moeda para a confecção de um selo de segurança. A meta é impedir que as embalagens sejam violadas, além de facilitar a identificação do medicamento original por parte do consumidor. “Só as empresas autorizadas pela Anvisa poderão comprar o selo”, mostra a Gerente Substituta da Área de Fiscalização de Medicamentos, Simone de Oliveira.

OS CUIDADOS – A Anvisa dá os seguintes à população:

- Nunca compre medicamentos em feiras e camelôs. Só adquira medicamentos, em farmácias e drogarias, de preferência aquelas que você já conhece.
- Muita atenção com promoções e liquidações: preços muito baixos podem indicar que o medicamento tem origem duvidosa e nenhuma garantia de qualidade.
- Exija sempre a nota fiscal e guarde-a junto com a embalagem, a cartela ou frasco do medicamento que está sendo usado. Eles são seu comprovante em caso de irregularidade. Para registrar queixa, basta ligar para o Disque Saúde da Anvisa (0800-611997).
- Se o medicamento que sempre foi eficaz deixar de fazer efeito, de repente, ou se a pessoa que está usando o medicamento tiver o seu estado de saúde piorado, recorra ao médico. Ele vai corrigir o tratamento da doença e, se for o caso, passar o assunto para a Vigilância Sanitária investigar.
- É importante que as embalagens não tragam rasgos, rasuras ou alguma informação que tenha sido apagada ou raspada. Os lacres não podem estar rompidos e os rótulos não podem se soltar facilmente, estar apagados ou borrados.
- A bula não pode ser uma cópia xerox. Se o papel não for original, não aceite o produto.

FONTE: Anvisa.

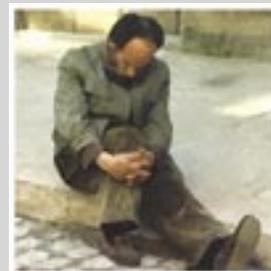
Interferência econômica da falsificação de produtos

Anualmente, o Brasil deixa de arrecadar com a pirataria mais de R\$ 30 bilhões de reais. Esse montante poderia ser revertido em gastos sociais e políticas públicas de geração de renda e inclusão social, explicou o Secretário Executivo do Ministério da Justiça. Luiz Paulo Barreto chamou atenção, ainda, para o fato de que o outro impacto direto relacionado à falsificação de produtos incide sobre a geração de emprego.

Estima-se que para cada vendedor de objetos falsificados, uma série de empregos na cadeia formal de produção deixa de existir. Os cálculos não são precisos, já que se trata do chamado “mercado cinza”, de difícil controle. Mas Barreto declarou que se, hoje, acabasse a pirataria, no Brasil, poderiam ser gerados dois milhões de empregos. “São perdas na cadeia de produção, de distribuição e varejista. A pirataria impede também a venda de insumos, no Brasil, e afasta novos investidores estrangeiros”, explica ele.

Outro problema relacionado à falsificação é a dificuldade de aplicação do Código de Defesa do Consumidor (CDC). A mercadoria pirateada normalmente é vendida no mercado informal, o que dificulta a identificação e responsabilização do vendedor ou produtor, até mesmo a comprovação da venda, por não haver emissão de nota fiscal.

Pelos jornalistas Aloísio Brandão, Assessor de Imprensa do Conselho Federal de Farmácia (e-mail ass.imprensa@cff.org.br) e editor desta revista, e Luciana Vieira S. da Motta, da Assessoria de Comunicação do Ministério da Justiça (luciana.desousa@mj.gov.br).



Desassistência e desemprego são outras consequências da pirataria